

NOTAS METODOLÓGICAS E OS CAMINHOS DA PESQUISA INCRA/UNIARA

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante¹

Resumo: O artigo faz um balanço dos eixos teórico-metodológicos estruturadores da trajetória de pesquisa do Nupedor face às experiências de reforma agrária no estado de São Paulo, discutindo conjunturas, a relação com os órgãos gestores, enfatizando as diferenciações e a realidade multidimensional de tais processos. Contestando os modelos teóricos unívocos, o artigo evidencia a pluralidade de abordagens analíticas, o que sugere um caminho de interdisciplinaridade, privilegiando estratégias de pesquisas qualitativas que aliadas às metodologias quantitativas permitem maior aprofundamento na análise dos caminhos de desenvolvimento para os assentamentos rurais. Os passos metodológicos da pesquisa UNIARA-INCRA são igualmente explicitados.

Palavras-chave: Pesquisa Multidisciplinar; Reforma Agrária; Assentamentos Rurais.

Abstract: The article evaluates the theoretical and methodological axes which are the basis of the Nupedor research trajectory in view of the experiences of land reform in the State of São Paulo, discussing hypotheses, the relationship between management agencies, emphasizing differentiations and the multidimensional reality of such processes. Questioning the unique characteristics of theoretical models, this study corroborates the pluralistic analytical approaches, which suggests a path for interdisciplinary study, focusing on practical strategies for combining

¹Socióloga, pesquisadora 1A CNPq, coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor).

qualitative and quantitative methods allowing for a broader analysis of the development trajectories in rural settlements.

Keywords: *Multidisciplinary research; Agrarian reform; Rural settlements.*

Notas metodológicas e os caminhos da pesquisa

A discussão dos caminhos metodológicos da pesquisa proposta no convênio com o INCRA nos pôs, mais uma vez, diante de uma trajetória de pesquisa longitudinal que tem mais de 25 anos voltada a assentamentos rurais, prioritariamente do Estado de São Paulo.

Principalmente, porque muito dos problemas enfrentados nos remetem a situações vividas nos anos oitenta, especificamente no período imediatamente posterior ao lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária, quando o INCRA/SP convidou pesquisadores das universidades paulistas para discutir dilemas e caminhos possíveis para implementação dos assentamentos.

Vinte e seis anos após, firmamos um convênio com o INCRA/SP para discutir entraves e perspectivas diagnosticadas no desenvolvimento dos assentamentos em São Paulo. Podemos, pois, afirmar que os caminhos trilhados pelo grupo de pesquisas voltado ao estudo dos assentamentos rurais – Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), vêm se constituindo em uma inesgotável aventura sociológica, aberta a abordagens interdisciplinares, na qual o INCRA tem presença de ator protagonista, cumprindo, em algumas situações, o papel de divisor de águas nesta trajetória de pesquisa que comporta continuidades e descontinuidades.

Antes de discutirmos a metodologia posta em ação no contrato com o INCRA/SP, optamos por passar em revista alguns dilemas metodológicos² e os apresentamos sucintamente, pois eles não saíram de cena nas investigações mais recentes sobre assentamentos, cujos resultados são discutidos neste número do Retratos de Assentamentos.

²Relatados, parcialmente, em Ferrante, V. L. S. B. Itinerário de pesquisa em assentamentos rurais: inesgotável aventura sociológica. Retratos de Assentamentos, ano V, n° 7. Nupedor/1999.

A inserção da gênese das pesquisas na conjuntura da Nova República

A preparação e o lançamento do Plano Nacional da Reforma Agrária, aprovado em outubro de 1985 não navegou por mares tranquilos. A relação entre suas propostas iniciais e o que foi efetivamente apresentado expressou o peso das contradições que permeiam a correlação de forças no Estado Brasileiro.

Em resposta a estes primeiros desafios que colocavam em xeque os velhos esquemas interpretativos que pensavam as lutas pela terra como obstáculo à modernização agrícola, ao desenrolar livre do capitalismo, formou-se, após a discussão com o INCRA, um grupo multidisciplinar e multicampi da UNESP voltado a estudos de assentamentos de trabalhadores rurais.

De início, uma afirmação que vai se refletir no processo metodológico: enquanto os órgãos técnicos tratavam os assentamentos – o que tem se modificado ao longo do tempo de experiência – como reificações, a partir de construções sociais idealizadas, os estudiosos começam a chamar atenção para especificidades e diferenciações. Esta opção acarretou o descarte das interpretações realistas que ainda insistiam em pensar os fenômenos sociais como coisas prontas, sujeitas a serem diagnosticadas por receituários vindos de um único domínio do conhecimento. Certamente, tornou-se e ainda se mostra inviável investigar assentamentos, evitando-se situações paradoxais.

Tínhamos e temos clara compreensão de que os assentamentos, processos sociais complexos deveriam ser investigados em sua multidimensionalidade, além do seu imediatismo político. Como trabalhar com uma realidade que não pode somente ser conhecida em suas objetividades, mas exige o desvendar de experiências como um processo vivido e interiorizado diferentemente pelos sujeitos que participam do mesmo? A multidimensionalidade foi, portanto, escolhida já naquele momento como expressão da diferenciação, tanto pelo fato de ser a realidade passível de investigação sob diferentes enfoques, quanto pelos elementos constituídos do processo de assentamentos, que nos remetiam necessariamente à avaliação crítica da sua leitura pelo prisma da univocidade.

O primeiro enfrentamento da multidisciplinaridade

O fato dos assentamentos conduzirem ao debate uma pluralidade de questões, a diversidade de enfoques teórico-metodológicos e a realidade dinâmica deste nosso objeto de estudo têm-nos revelado a necessidade de não trabalharmos analiticamente com as distintas áreas de conhecimento como se fossem compartimentos estanques e espacialmente demarcados.

A multidimensionalidade é, igualmente, expressão da multidisciplinaridade,

presente intencionalmente em nossa escolha metodológica. Desse ângulo, a nossa recusa em analisar os assentamentos a partir de um único enfoque implica em um compromisso de propor à reflexão um conjunto de ideias que retratem a complexidade, a diversidade, a multidisciplinaridade e a manutenção de um diálogo crítico com os estudos que procuram discutir assentamentos a partir unicamente de indicadores socioeconômicos.

O problema é que os assentamentos inserem-se em uma rede de relações, cuja discussão exige necessariamente a não demarcação de fronteiras rígidas em seu estudo. Leia-se tal observação com a ressalva de que, do nosso ponto de vista, a escolha de enfoques múltiplos pode enriquecer, sem esgotar, a realidade investigada. Ainda mais, tomando-a como um dado já instituído, enfrenta-se mais um problema: o de a-historicizá-la, desvinculando-a de um processo cujo estudo exige um referencial analítico que tenha como parâmetros, a constituição de categorias e não a construção de instrumentos de medidas.

Torna-se, portanto, impossível analisar assentamentos a partir de um modelo teórico unívoco. As experiências, não uniformes, exigiram que buscássemos enfrentar analiticamente a compreensão desse fazer-se diferenciado, sem naturalizar unidades de análise, sem cair em procedimentos classificatórios ou em raciocínios empenhados em catalogar relações sociais constitutivas de um processo.

A realidade dos assentamentos exige cuidadosa vigilância para não se passar da individualidade pressuposta do objeto para a individualidade inquestionada do conceito (GIANOTTI, 1976, p163), como se essa passagem pudesse dar-se mecanicamente, sem uma atenção ao processo pleno de contradições dos assentamentos.

A controversa opção pelo pluralismo teórico

A rota de colisão existente entre a análise de assentamentos e um modelo teórico unívoco nos levou a discutir o pluralismo teórico como opção metodológica para investigação desse espaço social produzido que tem desafiado previsibilidades teóricas. Visto por esse prisma, a análise dos assentamentos parece prestar-se a um "movimento teórico marcado pela multiplicidade de pontos de vista interpretados, pela combinação de instrumentos conceituais distintos e pela construção de noções" (SANTOS, 1991, p.44) que poderiam se adaptar melhor à interpretação dessa realidade multidimensional.

Em nossa avaliação, a utilização de estratégias alternativas várias impõe-se como necessidade de caráter analítico. A realidade analisada, em constante

movimento, não pode ser compreendida por uma síntese lógica que poderia implicar em uma mera justaposição de seus predicados. Remetemo-nos à maneira ousada e enriquecedora de Florestan Fernandes enfrentar a aventura sociológica, conforme D'Incao (1989, p.49): "a construção da obra não tem tanto a ver com uma visão tópica, local, de níveis de abstração do texto, mas tem mais a ver com a visão de processo, com uma visão da sequência e do encadeamento dos procedimentos que buscam dar conta dos fenômenos". Sem o regate da visão de processo, a proposta analítica de investigar assentamentos seria mais um exercício teórico a embotar a imaginação e o espírito vivo da aventura sociológica.

A proposta de discutir assentamentos de trabalhadores rurais implica vê-los em movimento, como parte de uma história de distintos tempos sociais, vivida por múltiplos sujeitos sociais que têm as fronteiras de seu mundo demarcadas por pressões, atritos e lutas. Não teria sentido analisá-los em si mesmos, como expressão de uma política perversa ou benéfica. Sua realidade multidimensional exige o enfrentamento de como trabalhar a questão das diversas modalidades de domínio analítico desses fenômenos.

Efetivamente, existe um descompasso entre os conceitos disponíveis, definidos de modo rígido e a perspectiva de sua aplicação à investigação da realidade dos assentamentos. Por isso, priorizamos o princípio de que os mesmos constituem processos sociais agrários complexos, o que tem imposto a necessidade de recorrer a uma ampla gama de noções - as chamadas estratégias interdisciplinares de análise - o que não nos isenta de incertezas, mas nos põe diante da necessidade de conviver com a construção de verdades relativas.

Na construção da pesquisa, nos obstáculos, nos avanços, a realização do diagnóstico proposto pelo INCRA cumpriu, a nosso ver, a chamada etapa horizontal da investigação, a qual propunha-se contemplar dados sobre a constituição dos assentamentos, sobre o seu acompanhamento evolutivo, sobre o levantamento socioeconômico dos trabalhadores assentados, sobre a caracterização do processo de trabalho e da produção/reprodução nos assentamentos, sobre a descrição das relações sociais, das formas de associação e, especialmente, sobre os entraves e efetividades das políticas públicas. Porém, a pesquisa não foi conduzida de forma a ter como resultado um retrato absoluto de processos instituídos.

No caso dos assentamentos tomados como objeto de estudo, estamos diante de um processo histórico cujas características exprimem, de forma exemplar, a necessidade da reavaliação das categorias teóricas, desafio cujo enfrentamento exigiu muitos sinais de alerta. Se a realidade dos assentamentos exige cuidadosa

vigilância e se constata a impossibilidade de concebê-la ou discuti-la a partir de uma previa construção de grandes arcabouços conceituais, é preciso igualmente não perder de vista questões práticas, dificuldades concretas, ocorrência de fenômenos imprevisíveis, dimensões que a simples leitura de dados pode não revelar.

Leia-se tal observação com a ressalva de que o diagnóstico de assentamentos rurais não pode ser desvinculado de outras estratégias analíticas. A rápida transformação que caracteriza os assentamentos, assim como a importância e a mobilidade da população nele implicado, dificultam a manutenção de informações atualizadas sobre os desdobramentos e modificações registrados nesta realidade. Daí a necessidade de formulação de estratégias de pesquisa capazes de captar as transformações e a dinâmica destes núcleos em constituição, o movimento de sua população, a rotação das famílias que se incluem e se excluem continuamente nos assentamentos, as formas de ocupação e de exploração das terras, dentre outros. Estratégias de pesquisa capazes, enfim, de detectar o jogo de seus agentes sociais também em fase de transformação e de captar a dinâmica desses processos, o que não se consegue fazer em macrorregiões no período de um ano.

Parece-nos inevitável a referência a um outro complicador: a escolha da região como instrumento de agregação de dados deveria ser problematizada. A avaliação tem, em nosso caso, o caráter de uma autocrítica, considerando-se que no censo que coordenamos sobre o Estado de São Paulo³, o critério regional foi utilizado como elemento de agregação dos dados. Deste prisma, registramos nossa discordância sobre teses que incidem sobre a ideia de identidade regional. Entendendo região como expressão heterogênea de espaços sociais vividos e construídos, consideramos insatisfatória a adoção de um recorte regional na agregação dos dados. Entretanto, na pesquisa com o INCRA, com todas as ressalvas, voltamos a usar o critério regional definido a partir da proximidade com os escritórios regionais do INCRA, buscando preservar o princípio de que as regiões são espaços heterogêneos e expressam especificidades até mesmo em relação à atuação do INCRA.

Nesse reencontro com pesquisas embasadas em estratégias quali-quantitativas, parece-nos pertinente a referência final da apresentação do censo

³FERRANTE, V.L.S.B.; BERGAMASCO, S.M.P.P. Censo dos Assentamentos do Estado de São Paulo. Araraquara: Unesp, 1995. 488 p.

(FERRANTE, BERGAMASCO, 1995):

Diríamos que os números não revelam a matéria prima dos assentamentos: a diferenciação de projetos e expectativas, o fazer e refazer cotidiano, a desconstrução - reconstrução de estratégias, os rearranjos que passam pela reapropriação do coletivo, pela redefinição de estratégias familiares. Tal constatação nos leva a reafirmar que delineiam-se perspectivas de construção de trajetórias sociais possíveis para os sujeitos que se fazem presentes no campo de lutas dos assentamentos, enquanto virtualidades não definidas por categorias naturalizadas, situação nada animadora para quem acredita que pode resolver problemas desse espaço social produzido a nível do discurso ou da teoria.

As categorias analíticas utilizadas

Passamos a falar em assentamentos como expressão de uma política estatal com muitos sinais de advertência. Uma política estatal que não representa apenas uma resposta imediata aos trabalhadores rurais, nem uma resposta às exigências do capital, mas sim a unidade contraditória dessas necessidades e exigências.

A diferenciação é um elemento constitutivo do objeto. Os assentamentos não podem ser tratados unicamente como uma questão do Estado, mas inseridos em um processo de lutas, no qual práticas diferenciadas, a evidenciar um espaço social multidimensional, sugerem uma situação dificilmente generalizável.

Passamos, no curso da pesquisa *Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo*⁴, a enfrentar o estilhaçamento de determinadas categorias teóricas e a necessidade de revisitar a questão agrária. O mergulho nos paradoxos impôs-se. No caso dos assentamentos, a complexidade, expressão da realidade tensa, plena de contradições, exige a adoção de uma postura relacional, relativa e múltipla. A indissociável relação sujeito/objeto, a relatividade dos meios do conhecimento e a multiplicidade da realidade nutrem as problematizações da investigação e o desafio de acompanhar a historicização do objeto do conhecimento.

Por sua vez, os assentados, definidos pela contradição de nem ser o que

⁴Primeiro projeto financiado pelo CNPq, Finep, Funadesp, coordenado por Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante e Sonia Maria P. P. Bergamasco, experiência pioneira do trabalho coletivo multidisciplinar e multicampi da UNESP.

eram antes, nem ser o que talvez desejassem, nos levam a apontar, igualmente, a necessidade de não se trabalhar com categorias analíticas fechadas e consagradas. Em face da opção de acompanhar o fazer-se dos assentados, impõe-se, igualmente, a necessidade de incorporamos a noção de trajetória. As origens e histórias de vida dos assentados são comprovadamente diferenciadas. Trajetória que não pode ser dissociada da análise da memória, da experiência vivenciada, como formas de compreensão do processo.

Negamos a noção de identidade absolutizada, mas referendamos algumas análises que discutem na construção da identidade, o apelo às relações, aos contrastes, ao não estabelecimento de dicotomias entre subjetividades e objetividades. A identidade não se constrói por uma soma de identificações, mas os mecanismos de identificação são fundamentais porque refletem a identidade em processo.

A complexidade do objeto tem exigido respostas provisórias à rede de relações e problemas dos assentamentos. Nossa pesquisa tem se pautado pela flexibilidade dos conceitos e incorporado a ideia-chave de construção nas categorias analíticas utilizadas, vivenciando o conhecimento como um processo multidimensional marcado pela diversidade.

Na análise das diferenciações significativas, passamos a discutir a construção de um novo modo de vida que envolve um conjunto complexo de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva, até as relações com a agricultura regional e com o poder local. Os elementos constitutivos desse novo modo de vida vêm sendo objeto de nossas reflexões, sendo priorizadas as diferenciações nos aspectos econômicos, culturais, políticos. Discutimos mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, analisando o vai e vem de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação.

Concentramo-nos na pesquisa sobre assentamentos, em analisar sua matéria prima: a diferenciação de projetos e expectativas, a contramão das idealizações do Estado, o fazer e refazer o cotidiano, a desconstrução – reconstrução de estratégias, os conflitos internos, os rearranjos que passam pela reapropriação de códigos nesse novo modo de vida. A partir das pesquisas voltadas à dinâmica interna dos assentamentos, passou a fazer falta um olhar externo, entendido como a compreensão das mediações com o poder local e com as características regionais.

Como enfrentar o desafio de não naturalizar indicadores, mas pensá-los no interior de um recorte conceitual historicizado, no qual região e impacto são

discutidos como construções sociais densas e mutáveis? Os elementos constitutivos dos assentamentos têm se apresentado de forma extremamente diversificada, tanto em função de fatores externos (como a base natural/ambiental e a economia regional) quando de fatores intrínsecos aos mesmos (a concepção de mundo dos trabalhadores, sua trajetória, sua experiência político-organizativo). Além disso, o movimento de famílias no interior dos assentamentos – exclusões, abandono, ampliações dos assentamentos – garante uma dinâmica difícil de ser captada por metodologias quantitativas estáticas. No entanto, passamos a incorporar, por outra porta de entrada, o dimensionamento da qualidade de vida dos assentamentos rurais.

Nossa investigação tem procurado combinar estratégias diferenciadas de produção/reprodução utilizadas pelos assentados com a busca de analisar, em uma perspectiva comparada, expressões desse viver na questão da saúde, da educação, do estudo nutricional do padrão alimentar, do acompanhamento do orçamento doméstico e da questão ambiental.

Indicadores de modo de vida têm, nos diagnósticos a serem apresentados, o sentido de partir das condições concretas e experiências dos assentados e permitir parâmetros analíticos comparativos. Não pensamos em indicadores insulados na esfera da produção ou da reprodução social. Preocupamo-nos em discutir estratégias de produção diferenciadas que têm tido retorno significativo para o modo de vida dos assentamentos. Indicadores não são compreendidos como uma mera descrição estatística de padrões de vida, nem se explicam unicamente pelas representações que dão sentido ao viver dos assentados. Não podemos construir indicadores por uma operação reducionista, ora vinculando-os a processos externos a que os trabalhadores estão submetidos, ora atribuindo-os unicamente ao ponto de vista dos assentados. Pensamos no caráter relacional, histórico da construção desse modo de vida, o qual não se explica por nenhuma casualidade exterior. Indicadores podem ser expressão de estratégias de vida, produtivas e reprodutivas, podem dar conta das alternativas encontradas no circuito de saúde, da educação, do padrão alimentar, do trabalho complementar, da diversificação de atividades levadas adiante por mulheres e homens, da reelaboração do meio ambiente, da reconstrução de projetos familiares para permanecer na terra, daí a importância também do uso de técnicas alternativas de coleta de dados e do balanço dos "mosaicos" construídos na paisagem regional a partir da ação dos assentados.

Tal escolha tem nos levado a sair a campo e, como aconselha Bourdieu (1989), por em "ação" nossas teorias. Em nossa trajetória, temos procurado nos debruçar

sobre as situações paradoxais presentes nos núcleos de assentamentos, desenvolvendo projetos e subprojetos de pesquisa os quais buscam integrar, no campo do possível, enfoques analíticos diversos e até opostos, no sentido de obter-se uma visão, a mais completa possível, do movimento do real, o qual expressa a significativa diversificação e dinamicidade dos assentamentos.

Longas reuniões de trabalho com a equipe, seminários organizados visando o aprofundamento das questões teóricas, uma intensa e extensa atividade de discussão com a comunidade científica nacional e internacional dos resultados de nossas pesquisas, além de excelentes indicadores obtidos na orientação de dissertações de mestrado e teses de doutoramento têm alimentado a nossa decisão de dar continuidade às investigações sobre a realidade dos assentamentos. Não só pelo instigante desafio teórico, mas pela perspectiva de apresentar e discutir resultados das pesquisas na comunidade acadêmica e com assentados, órgãos técnicos e agentes dos poderes públicos. Vejamos pois, algumas marcas principais deste percurso.

A realização do censo de assentamentos como experiência multidisciplinar

Dada nossa escolha metodológica, a decisão de construir um censo não foi uma tarefa fácil. Não tínhamos a pretensão de contemplar os dilemas no e através do censo. Mas, sem dúvidas, fazer um censo seria até uma forma de encontrar outros mecanismos de diálogo crítico com os órgãos do Estado, os quais continuavam a patinar em suas complexas metodologias pautadas por irrealizações.

Procuramos respeitar, na construção do censo, a escolha de enfoques múltiplos, sem pretender esgotar a realidade investigada. Na construção da pesquisa, nos obstáculos, nos avanços, a realização do censo cumpriu, a nosso ver, uma etapa da investigação, a qual propunha-se a contemplar dados sobre a constituição dos assentamentos, sobre o seu acompanhamento evolutivo, sobre o levantamento sócio-econômico dos trabalhadores assentados, sobre os primeiros créditos e embates. A pesquisa não foi conduzida de forma a ter no censo um retrato absoluto de processos instituídos. Se assim fosse, correríamos um sério risco: o de a-historicizar a realidade dos assentamentos.

O censo nos deu um primeiro retrato desses processos sociais complexos, cujas situações paradoxais exigem um acompanhamento continuado da rede de relações desse novo espaço produzido que tem alimentado a construção de verdades relativas e aproximadas. Leia-se tal observação com a ressalva de que o censo de assentamentos rurais não pode ser desvinculado de outras estratégias

analíticas. A rápida transformação que caracteriza os assentamentos, assim como a importância e a mobilidade da população nele implicada, dificultam as informações atualizadas sobre os desdobramentos e modificações registrados nesta realidade. Daí a necessidade de formulação de estratégias de pesquisa capazes de captar as transformações e a dinâmica destes núcleos em constituição, as formas de ocupação e de exploração das terras, as alternativas buscadas para nela permanecer, movimento nada linear.

Impôs-se, sem dúvida, um olhar atento a esse movimento complexo, o qual tem exigido, como já reiterado, registros não captáveis somente por indicadores, mas um aprofundamento para compreender o fazer-se dessas experiências.

A perspectiva dos modos de vida como temática na pesquisa

A partir deste primeiro retrato dos processos sociais complexos que a constituição dos assentamentos representa, cuja trama tem exigido o acompanhamento continuado da rede e relações deste novo espaço produzido, nos aprofundamos, num segundo projeto: Assentamentos Rurais: a construção de um novo modo de vida em um campo de possibilidades e diversidades, desenvolvido em parceria com as Profas. Dras. Dulce C. A. Whitaker e Teresinha D'Aquino. Neste projeto, concebemos três eixos analíticos integrados: história e memória articulados pelo mito da terra-mãe; espaço e tempo de lutas e de construção da sociabilidade; trajetórias de vida e estratégias para viabilizar a conquista da terra e permanência no território.

À volta do nosso eixo teórico, um campo de contradições. Por um lado, um espaço conquistado que deve ainda ser "*domesticado*" mas já esboça para muitos, o futuro almejado. É um espaço de dificuldades, mas carregado de esperanças. Neste espaço constrói-se ou reconstrói-se a história individual e a sociabilidade. É um espaço de experiências, práticas e *habitus* (BOURDIEU, 1989) que socializam os corpos para alternativas jamais previstas. A criatividade demonstrada por muitos assentados, homens e mulheres que "*se fazem*" enquanto constroem os assentamentos enriquecem de especificidades o caleidoscópio de situações particulares. Há singularidades por toda a parte. As trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam. Só uma teoria científica "*posta em ação*" na pesquisa empírica continuada pode dar conta desse movimento tenso e contraditório.

O eixo do projeto estava na análise das diferenciações significativas do ponto de vista da construção de um novo modo de vida que envolve um conjunto complexo de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva até

as relações com a agricultura regional e com o poder local. A discussão dos elementos constitutivos desse novo modo de vida continua sendo objeto de nossas reflexões, sendo priorizadas as diferenciações nos aspectos econômicos, culturais e políticos. Discutimos mediadores ou interlocutores inseridos em um campo de forças, analisando o vaivém de formas associativas, a reorganização do espaço produtivo, os rearranjos em busca da cooperação.

Discutimos elementos de recusa/aceitação aos modelos de associativismo propostos pelo Estado. Entendendo o assentamento como um espaço de relações sociais no qual as características individuais, homogêneas no processo de luta pela terra, ressurtem em novas bases, vê-se no dia-a-dia dos assentamentos – e o observado vem sendo objeto de análise continuada – diferentes formas organizativas criadas e recriadas em um movimento no qual o espaço de iguais, com frequência, se desestrutura no viver dos assentamentos. O cotidiano dos assentamentos mostra um complexo cenário em que a construção de lealdades, de rearranjos na sociabilidade comandados por relações de parentesco, de vizinhança e de filiação religiosa é atravessada por mecanismos de poder, nos quais clientelismos e expressões da cultura da dádiva se fazem presentes, objetivando criar redes de dependências e (des) organização interna.

Tal projeto nos levou a buscar as mediações dos assentamentos com a dinâmica regional. Até então, nossas pesquisas tinham se voltado à diferenciação constitutiva dos assentamentos, dos conflitos internos, dos rearranjos que passam pela reapropriação de códigos nesse novo modo de vida. Um olhar externo, entendido como a compreensão das mediações com o poder local e com as características regionais passou a ser objeto de nossas preocupações analíticas. Ao mesmo tempo, aprofundávamos nossa visão das relações internas, intermediadas pela natureza, observando as conexões dos agentes envolvidos com a questão do meio ambiente e os modelos de inserção que resultavam da situação (WHITAKER, FIAMENGUE, 2000).

A inserção dos assentamentos no entorno regional

Como dimensionar a relação entre assentamentos rurais e agricultura regional? Partimos do princípio de ser equivocada a insistência de se impor, aos assentados, atributos típicos de outra lógica para se avaliar a influência dos projetos de assentamentos na dinâmica regional. As dificuldades passam pelo próprio movimento dos assentados e pela impossibilidade de se trabalhar a categoria tempo linearmente, em um processo no qual fluxos variáveis dos produtos colhidos, das condições de consumo ou investimento podem ser

subestimados ou superestimados.

Como enfrentar o desafio de não naturalizar indicadores, mas pensá-los no interior de um recorte conceitual historicizado, no qual a região e o impacto são discutidos como construções sociais densas e mutáveis? Como pensar em indicadores de padrões de vida, de níveis de consumo, sem incorporar a dimensão tempo e trajetória dos assentados? Indicadores não podem vir carregados de atributos de serem, em si mesmos, expressões de sucesso ou de fracasso. Igualmente, não pactuamos com o recorte que vê os "*impactos*" como elementos externos, desvinculados das relações constitutivas dos assentamentos, gestadas por sua própria dinâmica interna.

Face a tais dilemas e ao desafio de conciliar dimensões qualitativas e quantitativas na complexa metodologia necessária ao acompanhamento dos assentamentos rurais, foi desenvolvido o projeto **Inserção dos Assentamentos De Reforma Agrária às Economias Regionais: indicadores de qualidade de vida e integração ao meio ambiente**⁵. Como consequência deste projeto – cujo saldo de aprofundamento metodológico no acompanhamento dos assentamentos é inegável (WHITAKER, 2002; FERRANTE, 2004) – impõe-se a nós mais um desafio: o de aprofundar a rede de relações dos assentamentos com o poder local, não encarado em suas externalidades, mas como expressão de arranjos, de tensões, de gestação de novas estratégias de recusa e de aceitação à propostas vindas de parcerias entre prefeituras e usinas da região e do engendramento de novas formas de poder, talvez de uma "*nova cultura política*".

A trama de tensões na inserção dos assentamentos nos espaços regionais

A ideia de uma trama de tensões como instrumento analítico de compreensão da realidade busca a superação da noção de "*impacto*", tão utilizada em pesquisas sobre a temática da inserção social dos Projetos de Assentamentos Rurais em distintos contextos regionais. Através dessa construção analítica, os assentamentos são compreendidos como constitutivos de uma realidade complexa, ao passo que expressam tensões reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital

⁵Auxílio-Integrado CNPq, 1999-2003, sob coordenação conjunta das Profas. Dras. Vera Lúcia S. Botta Ferrante e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker.

agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista.

Assim, falar em trama de tensões implica em ressaltar os pontos críticos, os nós górdios das relações construídas por distintos atores, sendo destacados no projeto **Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência**⁶, os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas. Os pontos de tensão privilegiados nesse projeto estão enfeixados nos campos econômicos e político, nos quais os assentados aparecem como sujeitos muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias mais ou menos coerentes – o que não deve ser tomado como idealização, nem como padrão homogêneo – com possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das alternativas de desenvolvimento e de distintos projetos políticos é gerador dessa trama de tensões, opondo agentes, racionalidades e interesses diversos, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias.

Tal movimento não se apresenta como caminho de mão única e exige a análise das singularidades das **ações de resistência, acomodação ou conflito** que se sucedem no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade buscadas na relação com o entorno, seja ele o meio natural, a realidade político-institucional ou os contextos culturais e econômicos. A noção de trama de tensões, que sustenta teoricamente este projeto, nos parece profundamente imbricada ao conceito de modos de vida, perspectiva que encerra as nossas preocupações teóricas desde há muito. Trata-se, neste aspecto de uma retomada em relação ao percurso realizado pelos pesquisadores reunidos neste projeto, na medida em que tal noção dá conta de diferentes dimensões da ação social dos sujeitos estudados. Ela enfatiza as dimensões teóricas (aspirações, projetos, representações) e práticas (estratégias, habitus) da ação do grupo social dos assentados, sempre numa relação de força com outros agentes. E leva em conta ainda suas relações com a natureza.

O modo de vida em questão é o constituído pelos assentados em sua busca por sustentabilidade (seja essa entendida como sustentabilidade social e

⁶Coordenado por Vera Lúcia S. Botta Ferrante, com a participação dos Professores Doutores Dulce Consuelo Andreatta Whitaker e Luis Antonio Barone, CNPq, 2004-2007.

econômica) num campo de disputas definido pelo jogo das forças sociais presentes no âmbito local/regional. Os assentados são sim os artífices desse modo de vida, mas o fazem sempre numa situação relacional, como diria Bourdieu (BOURDIEU, 1989).

Assentamentos e desenvolvimentos em uma abordagem relacional

Após vinte e oito anos completos do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), iniciativa que pode ser considerada marco em termos de políticas públicas voltadas para essa questão, a problemática do desenvolvimento dessa gama de assentamentos rurais implantados desde então é particularmente candente. Para alguns, os mais críticos da política de cessão de terras para os assentamentos, tais experiências redundam em total fracasso econômico, não se furtando, inclusive, a reafirmarem a alcunha de "favela rural" para os Projetos de Assentamentos. Essa desqualificação, visivelmente ideológica, ressalta de maneira exagerada um único aspecto – o estritamente econômico-financeiro – ocultando outras dimensões que o complexo conceito de desenvolvimento carrega inevitavelmente. Tais avaliações, não isentas, ignoram, inclusive, um resultado positivo que se pode aferir em diferentes microrregiões do país, nas quais os assentamentos são, efetivamente, dinamizadores econômicos (MEDEIROS, LEITE, 2002).

Optamos, em nossas investigações, por não restringir essa avaliação apenas à dimensão econômica. Aliás, ao afirmarmos que desenvolvimento não é só crescimento e modernização econômica, estamos procurando estabelecer uma perspectiva que assuma a complexidade, tanto do conceito, quanto da realidade dos assentamentos rurais. Não pensamos os assentamentos nem como expressão inequívoca de desenvolvimento, nem como sua peremptória negação. Esta perspectiva busca estabelecer relações possíveis entre uma dada realidade empírica – que é mais que uma política pública, porque é também obra da luta de milhares de famílias camponesas – e um conjunto de preocupações teóricas daqueles que estudam ou interferem, via Estado, nessa realidade. Para nós, a relação dos assentamentos com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões, que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais que, no caso brasileiro, são extremamente diversificados.

Consideramos que essas experiências de assentamentos representam inovações na gestão territorial e constituem, em sua multidimensionalidade, uma trama de tensões sociais – relações construídas por distintos atores em diferentes

âmbitos da vida social – reveladora das contradições e possibilidades desse tipo de agricultura familiar frente aos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sociopolítico. Tal movimento exige a análise das singularidades das ações dos assentados (FERRANTE, WHITAKER, BARONE, 2003), gerando impasses e perspectivas no encaminhamento das alternativas de sustentabilidade das famílias na terra.

Assim, nossa perspectiva permite analisar algumas dimensões dessa realidade, revelando pontos de tensão relativos ao conjunto de preocupações que o conceito de desenvolvimento pode enfeixar. Privilegiamos, aqui, a noção de gestão do território, que pode ser decomposta, analiticamente, em três dimensões que julgamos importantes: a organização interna das famílias assentadas, a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e a integração (ou bloqueio à integração) econômica aos sistemas produtivos locais e regionais. No tocante ao conceito de desenvolvimento, nossa compreensão aponta, em uma perspectiva, para a maneira como ele é tratado por Amartya Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressores (SEN, 2000, p.18).

Tal concepção, que utilizaremos como pano de fundo para avaliar esse determinado enfoque da relação entre desenvolvimento e assentamentos rurais, nos parece apropriada por valorizar, acima de tudo, a perspectiva dos agentes que estão envolvidos nessas experiências de reforma agrária: os trabalhadores assentados. Assim, uma pergunta pode ser feita: quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais? A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos da sua organização social, sua mobilização e instituições políticas e sua participação econômica, podem redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias. Liberdade de escolha, de ação e de opinião: liberdades que comportam dimensões objetivas e subjetivas, práticas e representações sociais acerca da liberdade.

Essa perspectiva não é de todo inovadora. É reconhecido que o conceito de desenvolvimento (ou desenvolvimento sustentável) precisa incorporar novas

dimensões da realidade, para além do mero crescimento econômico, ou mesmo deste em relação à preservação ambiental. Assim é que, sem abandonar essa questão, a noção de desenvolvimento que informa nossa perspectiva inclui aspectos como a conquista da cidadania, a inclusão social e a capacidade de gestão familiar desses territórios reformados, preocupações que o conceito de desenvolvimento sustentável pode enfeixar⁷.

O desenvolvimento, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses camponeses, para sua participação (tensionadora) nos distintos campos da vida social. Acreditamos que essa perspectiva não elimina os indicadores de eficiência econômica, mas os inserem num conjunto muito mais amplo de dados – eminentemente qualitativos – que o acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania revela, sempre do ponto de vista dos assentados, sujeitos que experimentam empiricamente o que é a "reforma agrária", *"processo social, vivo e ativo, de reformulação de mentalidades e de relações sociais a partir de uma inflexão na experiência de vida do beneficiário"* (MARTINS, 2003, p.46).

Trata-se, portanto, de assumir uma abordagem relacional entre assentamentos rurais e desenvolvimento, acrescentando-se a perspectiva de sua compreensão como contrapartida ao modelo de agronegócio que parece dominar as leituras e olhares sobre a agricultura brasileira (especialmente a paulista). Ao acenar com respostas diferenciadas frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado, do Estado dos arranjos e rearranjos dos grupos de poder, as experiências de assentamentos rurais nos permitem pensar nas diferenciações que se apresentam nas trajetórias dos sujeitos que participam diferentemente dos mesmos. Como indicadores possíveis dessa diversidade, orientados por Sen (2000), buscamos avaliar processos de redução de pobreza, de aumento das oportunidades sociais e econômicas, de participação política (que pode ser entendida como um processo de "empoderamento") e de inclusão social.

⁷Como um "conceito em construção", as discussões em torno do desenvolvimento sustentável têm incluído novas dimensões a sua compreensão. No Brasil, um exemplo dessa discussão – e ampliação do conceito – está no relatório da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 (CPDS), *Agenda 21 brasileira*. Brasília: MMA/PNUD, 2002 (2 volumes).

Detalhamento das técnicas de investigação

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural tem uma trajetória especialmente marcada por uma reflexão metodológica extremamente frutífera. Destacamos a seguir algumas dessas estratégias de pesquisa.

A observação participante, técnica derivada da Antropologia, bem como a montagem de diários de campo (WHITAKER, 2002) compõem instrumentos preciosos de coleta de dados e análise de situação concretas, de desenvolvimento bastante aperfeiçoados a partir da larga experiência de pesquisa em equipe. O diário de campo vem sendo uma metodologia priorizada para coleta de informações empíricas, pois ele tende a não retirar a subjetividade das conversas, por vezes atrapalhada quando se usa o gravador.

Os registros em diário de campo têm, por sua vez, permitido uma observação do dia-a-dia das famílias assentadas, captados em conversas entre diversos espaços dos lotes. Possibilitam também, no momento em que conversas são travadas nas caminhadas pelos lotes, a leitura do espaço, o que tem nos permitido descrever as práticas e manejos familiares, especificamente aquelas empregadas no autoconsumo ou nos arranjos produtivos. Essa abordagem etnográfica garante a recuperação de um material empírico extremamente útil para se analisar os processos e os contextos vivenciados pelos assentados.

Histórias de vida – técnica já utilizada no projeto **Assentamentos de Trabalhadores Rurais: a construção de um novo modo de vida num campo de possibilidades e diversidades** – junto aos assentados, gravadas e posteriormente transcritas, para analisar a trajetória e a mudança que o assentamento fez na vida desta população. Desta mesma maneira, refazer a trajetória das experiências de reforma agrária, dos projetos de assentamentos investigados, através das falas dos assentados, priorizando antigas e atuais lideranças internas que possam traçar a história do assentamento. Realização de entrevistas semi-diretivas e coleta de depoimentos com agentes dos órgãos gestores e com membros das prefeituras locais, bem como outros agentes que se fazem necessários – inclusive assentados – na explicitação dos confrontos e tensões, dos objetivos e estratégias de cada conjunto de agentes que a pesquisa visa acompanhar.

O levantamento de dados através de questionários também é uma técnica que continua sendo utilizada, a fim de se garantir um conjunto de dados que dê conta dos aspectos quantitativos e gerais do modo de vida e dos indicadores de desenvolvimento discutidos nos eixos temáticos dos projetos. A elaboração de questionários foi um recurso aprimorado pelo Nupedor desde o projeto **Análise**

e Avaliação dos projetos de Assentamentos e reforma agrária do Estado de São Paulo. Eles têm sido utilizados como técnica complementar desde então – mesmo que a ênfase metodológica mais desenvolvida pelo Nupedor seja na pesquisa qualitativa.

Complementando essas técnicas, são levantados dados secundários, tanto aqueles disponíveis em banco de dados oficiais, quanto através do tratamento das informações contidas nas atas dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, nas peças orçamentárias municipais e demais documentos oficiais de âmbito municipal. Com isso, procuramos obter uma visão do comportamento administrativo dos agentes políticos, assim como a materialização (ou não) das propostas e projetos dos distintos fóruns políticos nos quais a problemática dos assentamentos é discutida.

Por fim, cabe destacar que o grupo já realizou diversos registros fotográficos, utilizados como metodologia desde o projeto **Assentamentos de Trabalhadores Rurais: a construção de um novo modo de vida num campo de possibilidades e diversidades.** Os registros fotográficos têm um caráter de técnica complementar, a fim de se documentar aspectos físicos dos modos de vida (re)construídos nos assentamentos. Algumas experiências com a captação de vídeos também já tinham sido realizadas, embora ainda sem a execução de um registro finalizado como um documentário – o que foi possível no projeto com o INCRA.

Construção da pesquisa INCRA/UNIARA: caminhos metodológicos

A proposta de construção de uma pesquisa multidisciplinar que avaliasse as políticas públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo iniciou-se com a formação de uma equipe composta por docentes da UNIARA, pesquisadores e profissionais que pudessem contribuir com uma análise multifacetada e integrada dos assentamentos. A formação desta equipe não preocupou-se apenas com as áreas de concentração da pesquisa, mas também com as experiências acumuladas dos pesquisadores que contribuiriam, de diferentes formas, para a identificação dos gargalos das políticas públicas e entraves para o desenvolvimento dos assentamentos.

A pesquisa foi realizada a partir de duas perspectivas diferentes: uma foi o diagnóstico dos assentamentos, cujo objetivo central foi realizar pesquisa de campo para a investigação de aspectos relativos ao modo de vida e ao desenvolvimento das famílias assentadas, conforme o referencial supracitado; outra foi o diagnóstico das regiões, com o qual procurou-se identificar as vocações

e potencialidades produtivas das regiões nas quais os assentamentos estão inseridos. Em ambos os casos, representou para nós um grande desafio, o de realizar uma pesquisa tão grande em apenas um ano. Além do que, o contrato com o INCRA nos permitiu ainda atuar em outras duas frentes de trabalho: Ensino, Informação. Em relação ao ensino, foram desenvolvidas atividades de capacitação de agricultores (as) assentados (as) e quilombolas (em temas como produção animal e vegetal, viveiro de mudas, horticultura orgânica, biodigestão e biodigestores, saúde e gênero, dentre outros) e atividades de assessoria ao INCRA em temas específicos (sistemas produtivos, comercialização, gênero e dimensão ambiental). Em Informação, foram elaborados vídeos-documentários sobre aspectos do modo de vida nos assentamentos e sobre as políticas públicas em execução.

A equipe de pesquisa foi definida de acordo com as áreas de concentração para elaboração dos diagnósticos regionais, coordenada pela Prof. Helena De Lorenzo, e outra responsável pela pesquisa de campo, coordenada pela Prof. Vera Lúcia Botta Silveira Ferrante. A coordenação do convênio foi feita em parceria por Osvaldo Aly Junior e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante.

A equipe de diagnóstico regional foi assim constituída: Helena De Lorenzo, Sérgio Fonseca, Ricardo Bonotto, Daiane Cardozo, Fábio Grigoletto, Denílson Teixeira, Maria Lúcia Ribeiro, Marcus Castro.

Igualmente, a equipe de diagnóstico dos assentamentos foi formada pela equipe do Nupedor composta por Vera Lúcia Botta Ferrante, Luiz Manoel de Almeida, Henrique Carmona Duval, Thauana Paiva de Souza Gomes, Daniel Tadeu do Amaral, Daniele Torres Aro, Ana Flávia Flores, Silvani Silva; com entrada de Antonio Wagner Pereira Lopes, César Giordano Gêmero e a estagiária de graduação Lais Inaiara Claro. A este grupo foram agregados dois núcleos de pesquisa de campo, sendo um no Pontal do Paranapanema sob coordenação de Luis Antonio Barone, Anderson Antonio da Silva e mais três estudantes de graduação Ana Lúcia Teixeira, Luiz Eduardo Camilo de Souza e Flávio Apareci Pontes; para a região de Andradina sob coordenação de Pilar Lizárraga a equipe contou com Carlos Aparecido Vacaflores Riveiro, Alexandre Bueno de Souza, Wellington Carvalho do Nascimento e Elienai Constatino Gonçalves.

A partir da formação destas equipes, foram sendo determinados os passos comuns da pesquisa e as bases de dados a ser utilizada de modo a abranger as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Definiu-se a importância de um trabalho direto com os beneficiários dos programas e executores, bem como um levantamento de dados secundários sobre assentamentos no estado do Estado

de São Paulo, tanto em bases de dados consolidados como IBGE, RAIS e CEAD, bem como na significativa produção bibliográfica sobre esse tema, a qual abrange diferentes estudos de caso e análises de tendências socioeconômicas e políticas. O quadro a seguir é produto de reuniões de trabalho entre as equipes para definição dos indicadores e variáveis que foram investigadas, bem como a fonte das informações.

Indicadores	Variáveis	Atores	Primários	Secundário	Técnica
ORIGEM	Desapropriação (1)	Incrá, Movimento Sociais, Assentados	Visita aos lotes de Assentados, Entrevista com coordenadores regionais do Incra e com membros dos Movimentos Sociais	Solicitação de dados na sede do Incra/SP e Sindicatos	Diário de campo e entrevistas, pesquisa documental
	Solo (2)				
DADOS ESPACIAIS FÍSICOS	Distância municípios	Prefeituras, Incra, Itesp		Solicitação de dados na sede do Incra/SP, Itesp e nas prefeituras	Diário de campo e entrevistas, pesquisa documental
	Área total				
	APP/RL				
	Área média lote				
INFRAESTRUTURA	Escolas / nível de escolaridade	Incrá, Itesp, Prefeituras, Assentados	Coordenadores de Campo do Incra e do Itesp, Assentados	Solicitação de dados na sede do Incra/SP, Itesp e nas prefeituras	Diário de campo e entrevistas, pesquisa documental
	Postos de saúde				
	Estradas				
	Transporte				
	Coleta de lixo				
	Iluminação pública e telefonia				
INDICADORES SOCIAIS	SIPRA (3)	Incrá, MDA, IBGE	_____	Levantamento de dados pela Internet e solicitação de dados ao Incra	Pesquisa Documental
	CENSO 2006 (4)				
	Cadastro Acampamento (amostral) (5)				



PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO E RENDA	Principais produções comerciais (6)	Incra, Itesp,	Assentados, Coordenadores de campo e técnicos do Incra e do Itesp	Solicitação de dados ao Incra e do Itesp, levantamento de dados pela Internet	Diário de campo e entrevistas, pesquisa documental
	Principais produções para o autoconsumo	s, IBGE			
	Origem da renda (produção, assalariamento, aposentadoria/benefícios)				
	Divisão de trabalho nos lotes (7)				
	Cooperativismo e associativismo				
	Infraestrutura Produtiva CONAB				
POLÍTICAS PÚBLICAS (7)	Pronaf A e C / outros Pronafs	Incra, MDA,	Coordenadores e Técnicos do Incra,	Levantamento de dados pela Internet	Diário de campo e entrevistas, pesquisa documental
	Custeio de produção / crédito inicial	AEGRE, CONAB,	Nivaldo (CONAB), assentados,	Secretários Municipais, Funcionários do Banco do Brasil	
	Apoio mulher	Banco do Brasil,			
	Luz para todos	Secretarias			
	Moradia	Municipais,			
	Acesso à água e saneamento	Assentados			
	Estradas	os			
	Renegociação de dívidas				
	Assistência técnica				
	PAA / PNAE				
	Bolsa família				
	Agroindústria				

Quadro 1– Indicadores e variáveis para coleta de dados em geral.

- (1) Quem teve iniciativa da luta pela terra, quando, quanto tempo que durou, solução.
- (2) Histórico de uso da fazenda (quem administrava, cultivo predominante, período de uso anterior ao assentamento, estado de conservação e produtividade estimada).
- (3) CIPRA – Titularidade, documentação.
- (4) Escolaridade, saúde, nutrição, renda.
- (5) Trabalho familiar, saída/retorno de filhos, arranjos familiares.
- (6) Forma de escoamento (contratos, informal, casual), porcentagem da renda total por produção.
- (7) Divisão sexual e etária do trabalho.
- (8) Papel de políticas públicas: crédito, habitação, assistência técnica, luz, documentação, titularização, estrada etc.

Fonte: Equipe de pesquisa de campo, 2011.

Definida esta primeira etapa de pesquisa, o grupo se reuniu para definir os critérios de escolha dos assentamentos que constituiriam a pesquisa. Ao avaliar a situação dos 110 assentamentos federais existentes, suas idades de formação, número de famílias e área do lote, concluiu-se que a seleção dos assentamentos deveria seguir um critério que contemplasse assentamentos novos e antigos, PDS e PAs, número de famílias e diferenciação de lotes quanto ao tamanho, justamente para que a heterogeneidade de situações pudesse ser contemplada.

O grupo optou em fazer uma amostragem dos 110 PAs federais e incluir nesta amostragem alguns assentamentos estaduais em regiões de maior atuação do ITESP, em especial na região do Pontal do Paranapanema.

Foram selecionadas 43 unidades federais que contemplassem os critérios iniciais correspondendo a 39% do total de assentamentos federais e das 9.479 famílias destes projetos. Foram contempladas o equivalente a 55,41% ou seja, 5252 das famílias assentadas nestas unidades administrativas selecionadas no Estado de São Paulo. É importante destacar que se fizermos uma análise do total de famílias residentes em PAs ou PDS do Estado, verificaremos que esta porcentagem cai para cerca de 30% já que o número total de famílias em assentamentos federais e estaduais sobe para 15.703. O quadro abaixo destaca estes dados:

Número de Assentamentos do INCRA	Número de assentamentos pesquisados
110	43
Total de Famílias	Total de famílias da amostragem
9.479	5.252

Quadro 2 – Amostragem dos PAs e PDS da pesquisa.

Fonte: Equipe de pesquisa de campo, 2011.

No que tange às unidades selecionadas da amostragem, foram mantidas quatro grandes regiões estabelecidas pelo INCRA/SP, que estão abaixo elencadas:

- 1) Central (Araraquara, Ribeirão Preto e Bauru).
- 2) Leste (Eixo Anhanguera, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira).
- 3) Oeste A (Pontal do Paranapanema).

4) Oeste B (Região de Andradina e Promissão).

A terminologia usada nesta pesquisa teve como intuito incluir em uma macrorregião, microrregiões que pudessem conter características aproximadas. Justamente pelo princípio de macrorregiões estabelecido neste contrato apresentar como parâmetro as unidades administrativas do INCRA (escritórios regionais), que por sua vez, foram instituídos por critérios de proximidade geográfica e concentração de assentamentos para atuação das equipes técnicas e não necessariamente em critérios tradicionais de regionalização do Estado.

Assim, as regiões tiveram um peso diferenciado na amostragem, conforme o número de famílias das unidades administrativas. A região Central compôs 23,8%, a Leste 8,6%, a Oeste A 25% e, finalmente, a Oeste B 42,6%.

É importante ainda destacar a última região não contemplada nesta amostragem. Trata-se dos Quilombos que foram estabelecidos como uma das regiões administrativas do INCRA. Ao analisar os dados existentes sobre o número de famílias, percebeu-se a fragilidade e inexistência de informações para integrar a amostragem total. Das comunidades quilombolas do Estado verificou-se que apenas alguns possuíam dados disponíveis sobre o número total de famílias que, a serem somadas, tornava-se superior às regiões Oeste A e B. Então, pela falta destes dados de número de famílias residentes nestas áreas do Estado não poderíamos tratá-los como uma das cinco regiões administrativas como nos PAs e PDS⁸.

Além do questionário, a equipe também realizou apontamentos das impressões dos assentamentos em diários de campo e registros fotográficos. Tal metodologia levou em consideração as diferentes orientações trazidas pelo grupo de pesquisa que sugeriu o registro etnográfico como um elemento importantíssimo para trazer informações e concepções importantes para complementação dos dados frios captados nos questionários. Este trabalho etnográfico, de amplo domínio do Nupedor alia a técnica do caderno de campo à busca de uma visão ampla e abarcadora, que por sua vez se aproxima da visão poliocular proposta inicialmente pela pesquisa.

⁸Neste caso, passamos a pesquisar os quilombos não como uma das regiões administrativas do INCRA, mas com outras categorias de análise. O que significou um avanço para as pesquisas voltadas para estas unidades de terras, já que foram analisadas de forma mais qualitativa, levando em consideração suas especificidades, conforme apresentado no segundo volume deste dossiê.

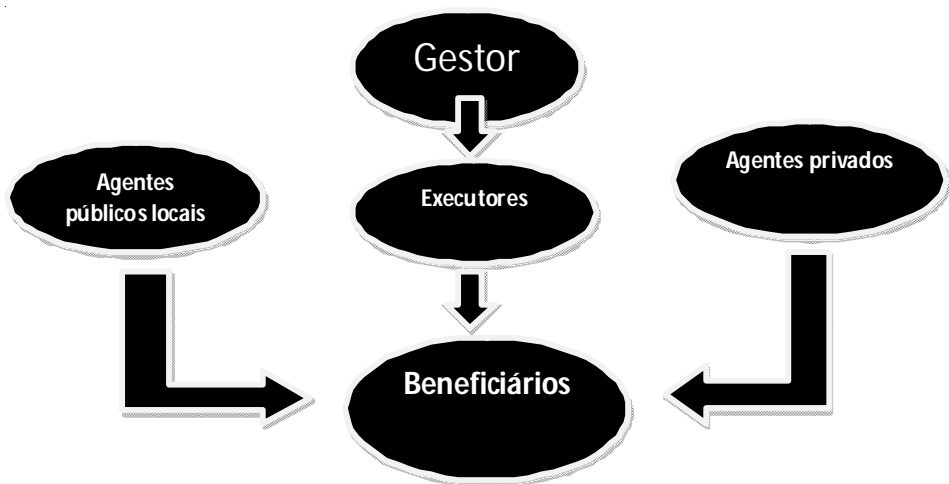
Esta proposta composta pela diversidade de olhares sobre os assentamentos pode oferecer uma visão de vários aspectos importantes, justamente pela formação em diferentes áreas dos pesquisadores. Este olhar, mesmo que repleto de subjetividades nos oferece um conjunto de informações privilegiadas que poderiam esclarecer ou mesmo contestar, as informações dos dados estruturados. Neste sentido, o trabalho multidisciplinar foi escolhido por fornecer um equilíbrio destes enfoques individuais, que por ventura podem tendenciar aspectos da concepção individual do pesquisador.

Além disso, a "foto" geral do assentamento e das particularidades existentes nele a partir do olhar do grupo, subsidiado pelo caderno de campo individual, ofereceu elementos de análise mais profunda para algumas questões superficialmente apontadas no questionário. Esta frente de trabalho, chamamos de pesquisa qualitativa, por trabalhar diferentes dimensões da vida nos assentamentos e o desenvolvimento, como a trajetória das famílias assentadas, produção e renda, a organização, vida social e cidadania, questões ambientais, políticas públicas (entendidas de forma mais ampla), dentre outros aspectos mais gerais da constituição e desenvolvimento dos assentamentos.

Além deste trabalho diretamente com os assentados, foram estruturados roteiros de entrevistas com lideranças significativas da luta pela terra, com coordenadores de escritório e técnicos do INCRA, secretários de agricultura (dentre outros gestores públicos com maior atuação nos assentamentos).

Em outra frente de trabalho foram realizadas ainda análises em banco de dados secundários oferecidos pelo INCRA ou outras instituições para levantamento de informações gerais das regiões, de forma a confrontá-las com as informações locais.

Neste sentido, a pesquisa pôde criar uma rede de informações sobre os principais agentes envolvidos na trama dos assentamentos, que nos ofereceram desde os dados estruturais das políticas públicas até seus resultados efetivos nos assentamentos. Podemos observar a rede de informações coletadas na figura a seguir:



**Figura1 – Rede de informações estruturadas na pesquisa.
Fonte: Equipe de pesquisa de campo, 2011.**

Construção de um banco de dados a partir de um questionário quanti-qualitativo

O trabalho de construção do questionário quanti-qualitativo iniciou-se com discussões coletivas com o objetivo de levar os questionamentos necessários para se chegar a uma análise consistente sobre as políticas públicas e as perspectivas de desenvolvimento nos assentamentos. O resultado do trabalho de campo e da aplicação dos questionários está expresso no banco de dados utilizado nos artigos temáticos que compõem o presente dossiê.

A partir desta estrutura geral de trabalho o questionário foi estruturado em 5 eixos compatibilizando questões quanti-qualitativas organizadas:

1. Cidadania
2. Produção
3. Renda
4. Políticas Públicas
5. Ambiental

Nestes eixos tentamos abarcar os seguinte temas/questionamentos a serem pesquisados:

1) Cidadania

✓ Os aspectos que abrangem a cidadania foram divididos nas questões relativas à vida social, no que tange à formação de grupos, associações e

parentesco;

- ✓ No acesso aos direitos, ligado à avaliação de como os assentados se relacionam com os direitos e se conseguem ter acesso a eles.

- ✓ Na análise do espaço, da moradia, o material predominante, qualidade, tipo de esgoto, número de cômodos, proximidade dos recursos e utilização de créditos, bem como a infraestrutura de escolas, postos de saúde, estradas, transportes, comunicação, água, luz, dentre outros.

2) Produção

- ✓ Nesta etapa foram avaliadas as produções comerciais e o escoamento da produção;

- ✓ Produção destinada ao autoconsumo, com o objetivo de avaliar a diversidade e a qualidade dos alimentos, bem como outras questões ligadas à segurança alimentar das famílias assentadas;

- ✓ As possibilidades e gargalos da produção e comercialização com a finalidade de verificar a relação dos assentamentos com o desenvolvimento local e regional;

3) Renda

- ✓ A composição e divisão do trabalho e da renda dentro dos assentamentos, para verificar a manutenção da força de trabalho nos lotes, com a finalidade de levantar aspectos que ajudem a explicar a saída de jovens e o envelhecimento da população assentada.

- ✓ Composição da divisão social do trabalho, tipos de trabalho, trajetória e tipos de trabalhos agrícola e não agrícola e benefícios ou tipos de aposentadoria que compõem a renda.

4) Políticas Públicas

- ✓ Neste eixo pretendeu-se avaliar principalmente as políticas do INCRA, direcionadas para assentamentos e quilombos. Outras políticas indispensáveis para o desenvolvimento dos assentamentos foram analisadas, como para o financiamento e comercialização da produção, a assistência técnica, infraestrutura, dentre outras. Procuramos ainda verificar o tempo de execução das políticas públicas, a recepção e a efetividade que vem apresentando.

- ✓ Ambiental

- ✓ Neste eixo foram abordadas questões relativas à qualidade, distribuição e acesso à água;

- ✓ Formas de uso, qualidade e problemas do solo;

- ✓ Áreas de APP e RL, irregularidades, formas de conservação e propostas de exploração sustentável.

Todos estes eixos foram levantados para contemplar vários aspectos que subsidiem a análise de como os assentamentos estão inseridos no desenvolvimento regional e como, as políticas públicas, especialmente do INCRA/SP, podem alterar com ganhos qualitativos o processo de desenvolvimento dos assentamentos. Um dos objetivos principais foi analisar temporalmente a execução das políticas públicas e sua relação com o desenvolvimento local e regional.

Levando em conta os dilemas enfrentados nesta longa trajetória é que apresentamos este dossiê voltado aos eixos temáticos e regionais, partindo do princípio de que tais reflexões são pautadas pelos bloqueios e desafios que se apresentam no desenvolvimento dos assentamentos.

Referências

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

SANTOS, J.V.T. dos. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra Sociologia dos processos sociais agrários. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Editora Vértice/ANPOCS, 1991, p.13-51.

D'INCAO, M. A. **O Saber Militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Edunesp e Paz e Terra, 1989.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A.; BARONE, L.A. **Poder Local e Assentamentos Rurais**: Expressões de Conflito, de Acomodação e de Resistência. Projeto de Pesquisa (CNPq). Araraquara/Presidente Prudente, Nupedor/GEPEP, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B. (Org.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.9, Nupedor/Uniara, 2004.

GIANOTTI, J.A. Notas sobre a categoria "modo de produção" para uso e abuso dos sociólogos. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.17, Editora Brasileira de Ciências, jul./set., 1976.

MARTINS, J.S. **O Sujeito Oculto**. Ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L.S.; LEITE, S.P. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

WHITAKER, D.C.A.; FIAMENGUE, E.C. Assentamentos de reforma agrária: uma possibilidade de diversidade agrícola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.8, Nupedor/Unesp, p.19-32, 2000.

WHITAKER, D.C.A. **Sociologia Rural**. Questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.